



AMARAL CONTABILIDADE

 (47) 3444-3009

 amaral@amaralcontabilidade.com.br

 www.amaralcontabilidade.com.br

AVISO DE PRIVACIDADE WHATSAPP



Olá! Seja bem-vindo(a) ao WhatsApp da Amaral Contabilidade!

Nós levamos a sério a sua privacidade e temos o compromisso de respeitá-la. Sendo assim, este Aviso de Privacidade WhatsApp tem o objetivo de esclarecer, de forma simples, transparente e objetiva, como se dá o tratamento das informações pessoais pela Amaral Contabilidade – mas, caso ainda tenha dúvidas, nosso canal de atendimento indicado abaixo está a sua disposição.

Este Aviso de Privacidade WhatsApp descreve os dados pessoais que coletamos, as finalidades para as quais os coletamos, como eles são usados, armazenados, compartilhados e os seus direitos com relação a esses dados. Recomendamos a leitura atenta.

Recomendamos também que você conheça as nossas práticas como um todo (é rapidinho!), mas fizemos um resumo para você entender melhor como tudo isso funciona:

- Dado pessoal é o tipo de informação que permite identificar você, como nome, sobrenome, e-mail, telefone.
- Tratamento é qualquer operação realizada com os dados pessoais, desde a coleta, passando pelo acesso, utilização, até a eliminação do dado.
- Lei Geral de Proteção de Dados, a LGPD, é uma lei que veio para dizer o que pode e o que não pode ser feito com os seus dados pessoais.
- Os dados que você envia para nossa empresa são tratados de forma segura.
- Você poderá tirar suas dúvidas e solicitar informações a qualquer momento através do e-mail rosiane@amaralcontabilidade.com.br ;
- Limitamos o tratamento dos dados para as suas devidas finalidades e em conformidade com a lei.

DADOS DO CONTROLADOR



Inicialmente precisamos nos apresentar: somos a Amaral Contabilidade, inscrita no CNPJ sob o nº 01.842.771/0001-99, registrada no CRC sob o nº 4301-SC, sediada na Alameda Ipiranga, nº 162 – Centro – CEP 89240-000 – São Francisco do Sul-SC e, conforme a definição trazida pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – LGPD), na maior parte do tempo seremos o Controlador dos seus dados pessoais, ou seja, a empresa responsável por tomar as decisões sobre o tratamento dos seus dados pessoais e por protegê-los.

DEFINIÇÕES



Para os fins deste documento, devem ser consideradas as seguintes definições e descrições para seu melhor entendimento:

- Toda vez que houver menção aos termos “Amaral”, “empresa”, “nós” ou “nossos”, estamos nos referindo à Amaral Contabilidade; da mesma forma, toda vez que houver menção aos termos “você”, “seu(s)”, “sua(s)”, usuário(s), estamos nos referindo a Você;
- WhatsApp: aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas;
- Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;
- Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- Banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;
- Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- Usuário(s): toda pessoa natural que utilizar os serviços, sendo titular dos dados ou não;

- Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
- Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- Encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- Agentes de Tratamento: o controlador e o operador;
- Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;
- Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;
- Eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado; e
- Autoridade Nacional: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados em todo o território nacional.

QUANDO E QUAIS OS DADOS PESSOAIS COLETADOS



Ao solicitar atendimento nós poderemos coletar informações importantes sobre você. Abaixo detalhamos quais são essas informações:

Para admissão dos funcionários da empresa que nos contrata, recebemos os documentos pessoais do funcionário, como identidade, CPF, comprovante de residência e os dados da admissão, que são nome, número da carteira de trabalho, número do RG, número do CPF, número do PIS, número da CNH, número de reservista, número do título de eleitor, função/cargo/profissão, renda, filiação, data de nascimento, sexo, estado civil, naturalidade, nacionalidade, número do telefone, e-mail, endereço, grau de instrução, raça, dados da conta bancária, nome do cônjuge, data de nascimento do cônjuge, número de CPF do cônjuge, nome do filho, data de nascimento do filho, número de CPF do filho e filiação a sindicato.

Esses dados dos funcionários da empresa contratante também podem ser utilizados para fechamento de folha de pagamento, simulação e pagamento de rescisão e respectivas verbas e registro de férias.

Nosso cliente também pede a abertura de empresa pelo WhatsApp e/ou alteração do quadro societário e nesses casos tratamos os dados pessoais dos representantes da empresa, mais especificamente o nome, número do CPF, número do RG ou CNH dos sócios, estado civil, nacionalidade, naturalidade, endereço, profissão, senha do Gov.br e certificado digital.

Para declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) são tratados o nome, os números dos documentos pessoais (RG e CPF), profissão, endereço, dados de conta bancária, senha do Gov.br, estado civil, nome, data de nascimento e CPF do cônjuge e dos dependentes.

Para o ganho de capital são necessários o número do CPF e data de nascimento do titular, dados dos imóveis, da transação e número do CPF dos adquirentes.

Se você for Micro Empreendedor Individual e quiser algum serviço ofertado por nós, necessitaremos do seu nome, RG, CPF, endereço, profissão e senha do Gov.br.

Por vezes o cliente, titular de dados, também nos pede o acesso ao e-CAC e nesse caso precisamos do número do CPF, data de nascimento e senha do Gov.br.

Para atender solicitação de algum órgão governamental podemos pedir foto da sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Também fazemos contato com o cliente para envio de proposta e outros tipos de contato e além dos dados da empresa tratamos o seu nome, e-mail, número de celular/WhatsApp e foto de perfil.

O QUE É FEITO COM ESSAS INFORMAÇÕES

A principal finalidade da coleta e armazenamento das informações é o suporte ao cliente, o cumprimento do contrato firmado entre nós.

Os documentos pessoais do funcionário, como identidade, CPF, comprovante de residência e os dados da admissão, que são como nome, número da carteira de trabalho, número do RG, número do CPF, número do PIS, número da CNH, número de reservista, número do título de eleitor, função/cargo/profissão, renda, filiação, data de nascimento, sexo, estado civil, naturalidade, nacionalidade, número do telefone, e-mail, endereço, grau de instrução, raça, dados da conta bancária, nome do cônjuge, data de nascimento do cônjuge, número de CPF do cônjuge, nome do filho, data de nascimento do filho, número de CPF do filho e filiação a sindicato são pedidos com a finalidade da admissão do funcionário, fechamento de folha de pagamento, simulação e pagamento de rescisão e respectivas verbas e registro de férias, conforme autoriza o art. 7º, V da Lei Geral de Proteção de Dados.

Os dados pessoais dos representantes da empresa, mais especificamente o nome, número do CPF, número do RG ou CNH dos sócios, estado civil, nacionalidade, naturalidade, endereço, profissão, senha do Gov.br e certificado digital são tratados para abertura de empresa, também com amparo no art. 7º, V da LGPD.

O nome, os números dos documentos pessoais (RG e CPF), profissão, endereço, dados de conta bancária, senha do Gov.br, estado civil, nome, data de nascimento e CPF do cônjuge e dos dependentes são tratados para a declaração de imposto de renda, solicitada pelo titular de dados e, portanto, fundamentada no art. 7º, V da LGPD, ou seja, para execução de contrato ou procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual você é parte.

O número do CPF e data de nascimento do titular, dados dos imóveis, da transação e número do CPF dos adquirentes são utilizados para Ganho de Capital e autorizados pelo art. 7º, V da LGPD.

Os documentos pessoais, endereço, profissão e senha do Gov.br também são pedidos para seu cadastro no MEI, quando for o caso, claro (art. 7º, V da LGPD).

O do número do CPF, data de nascimento e senha do Gov.br são utilizados também para acesso ao e-CAC quando você nos pede e, por isso, a base legal também se enquadra no art. 7º, V da Lei Geral de Proteção de Dados.

Fotografia da sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) pode ser pedida para atender solicitação de algum órgão governamental, diante da prestação do serviço que oferecemos a você e, portanto, também necessária para a execução do nosso contrato (art. 7º, V da LGPD).

E, é claro, o seu nome, e-mail, número de celular/WhatsApp e foto de perfil, são tratados em nossos contatos para a prestação dos serviços e envio de propostas por você solicitados (art. 7º, V da LGPD).

Seus dados ficam aqui no WhatsApp pelo prazo máximo de 72 horas úteis e depois são armazenados no Sistema Domínio e numa pasta segura em nosso banco de dados, protegidos por senha e com acesso apenas das pessoas estritamente necessárias.

QUAL O TEMPO DE ARMAZENAMENTO



Nós armazenamos as suas informações durante o período necessário para o cumprimento das finalidades para as quais foram coletadas, respeitando o período e retenção de dados determinado pela legislação aplicável, ou quando você solicitar a eliminação de seus dados pessoais através do nosso atendimento no e-mail rosiane@amaralcontabilidade.com.br.

Os dados utilizados para o contrato de trabalho, controle de ponto e recibo de pagamento de férias serão guardados durante os 5 últimos anos trabalhados + 2 anos após a rescisão, conforme art. 7º, XXIX da Constituição Federal e art. 11 da CLT.

Já os documentos utilizados para constituição de empresa o prazo de guarda é de 10 meses (art. 205 do Código Civil).

Caso você solicite a exclusão dos seus dados pessoais fornecidos à Amaral, as informações poderão ser conservadas para cumprimento de obrigação legal ou regulatória, para o exercício regular de nossos direitos ou transferência a terceiro. Mas não se preocupe: isso somente acontecerá respeitados os requisitos e hipóteses de tratamento de dados previstos na LGPD.

COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS



Para fins de contratação e viabilizar a prestação do nosso serviço poderemos compartilhar seus dados com a Caixa Econômica Federal (CEF), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Receita Federal, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Sistema Domínio, Sindicato, Plano de Saúde e Webhaus (armazenamento em nuvem).

Já para a abertura de empresa precisamos compartilhar seus dados também com a Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina (Sefaz SC), Prefeituras, Junta Comercial de Santa Catarina (JUCESC), Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros.

TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS



Não fazemos transferência internacional de seus dados pessoais.

COMO PROTEGEMOS SEUS DADOS PESSOAIS



Levamos muito a sério a proteção dos seus dados pessoais, por isso adotamos medidas de segurança, técnica e administrativas para proteger os seus dados pessoais de acesso não autorizado e de situações acidentais ou ilícitas.

Temos uma equipe altamente qualificada e responsável. Utilizamos os princípios estipulados por lei, respeitando sua privacidade e protegendo seus dados pessoais em nossos processos internos como um todo contra acessos não autorizados através de senhas, tendo um sistema seguro e treinamento da equipe para proteção dos dados.

Especificamente no WhatsApp utilizamos autenticação em dois fatores e contamos com antivírus no celular da empresa.

Nos comprometemos a executar as medidas de segurança previstas na LGPD, protegendo os dados pessoais.

QUAIS OS SEUS DIREITOS



A LGPD concede a você uma série de direitos em relação aos seus dados pessoais e nós respeitamos muito isso. Desta forma, você poderá exercê-los, de forma gratuita, pelo nosso canal de atendimento específico (e-mail: rosiane@amaralcontabilidade.com.br) destinado a esse assunto.

Citamos, abaixo, os direitos de titular que você pode nos solicitar:

- Confirmação da existência de tratamento dos seus dados pessoais.
- Solicitar acesso aos dados tratados.
- Corrigir dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- Ter os dados não essenciais anonimizados, bloqueados ou eliminados.
- Saber com quais parceiros compartilhamos os seus dados.
- Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com regulamentação da autoridade nacional, não devendo comprometer nossos segredos comerciais protegidos por lei.
- Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa.
- Revogação do consentimento.

RESPONSABILIDADES



As responsabilidades dos agentes de tratamento, controlador e operador, estão listadas nos artigos 42 a 45 da LGPD. Para que você não tenha que pesquisar a lei, nós vamos deixar esses artigos aqui embaixo para facilitar para você:

Art. 42. O controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo.

§ 1º A fim de assegurar a efetiva indenização ao titular dos dados:

I – o operador responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do controlador, hipótese em que o operador equipara-se ao controlador, salvo nos casos de exclusão previstos no art. 43 desta Lei;

II – os controladores que estiverem diretamente envolvidos no tratamento do qual decorrerem danos ao titular dos dados respondem solidariamente, salvo nos casos de exclusão previstos no art. 43 desta Lei.

§ 2º O juiz, no processo civil, poderá inverter o ônus da prova a favor do titular dos dados quando, a seu juízo, for verossímil a alegação, houver hipossuficiência para fins de produção de prova ou quando a produção de prova pelo titular resultar-lhe excessivamente onerosa.

§ 3º As ações de reparação por danos coletivos que tenham por objeto a responsabilização nos termos do caput deste artigo podem ser exercidas coletivamente em juízo, observado o disposto na legislação pertinente.

§ 4º Aquele que reparar o dano ao titular tem direito de regresso contra os demais responsáveis, na medida de sua participação no evento danoso.

Art. 43. Os agentes de tratamento só não serão responsabilizados quando provarem:

I – que não realizaram o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído;

II – que, embora tenham realizado o tratamento de dados pessoais que lhe é atribuído, não houve violação à legislação de proteção de dados; ou

III – que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro.

Art. 44. O tratamento de dados pessoais será irregular quando deixar de observar a legislação ou quando não fornecer a segurança que o titular dele pode esperar, consideradas as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I – o modo pelo qual é realizado;

II – o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam;

III – as técnicas de tratamento de dados pessoais disponíveis à época em que foi realizado.

Parágrafo único. Responde pelos danos decorrentes da violação da segurança dos dados o controlador ou o operador que, ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 desta Lei, der causa ao dano.

Art. 45. As hipóteses de violação do direito do titular no âmbito das relações de consumo permanecem sujeitas às regras de responsabilidade previstas na legislação pertinente.

ALTERAÇÕES A ESTE AVISO DE PRIVACIDADE WHATSAPP



Nós poderemos modificar este Aviso de Privacidade WhatsApp a qualquer momento. Se isso acontecer, nós publicaremos o Aviso de Privacidade WhatsApp revisado no site www.amaralcontabilidade.com.br e atualizaremos a data da “última revisão” no final deste Aviso de Privacidade WhatsApp.

Caso você não concorde com o Aviso de Privacidade WhatsApp revisado, deverá informar tão logo tome ciência da alteração, de modo a viabilizar uma regular rescisão contratual entre as partes. Ao continuar a usar nossos produtos e serviços após a alteração do Aviso de Privacidade WhatsApp, consideraremos que você concorda com as novas condições.

CANAL DE COMUNICAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DO ENCARREGADO



Caso você deseje exercer qualquer um de seus direitos ou tirar dúvidas sobre este Aviso de Privacidade WhatsApp, entre em contato com a nossa Encarregada pelo tratamento de dados pessoais, a Rosiane Amaral, pelo e-mail rosiane@amaralcontabilidade.com.br com o assunto LGPD. Para efetivarmos os seus direitos, podemos solicitar comprovação da sua identidade, como medida de segurança e prevenção à fraude.

DATA DA ÚLTIMA REVISÃO



19 de dezembro de 2023.